

CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

02 SÉRIE
Estudos de
Direito Público



A Lei da Ficha Limpa

◆

Ilhéus-Bahia


Editora da UESC

2014

Copyright ©2014 by CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

REVISÃO
Genebaldo Pinto Ribeiro
Maria Luiza Nora de Andrade
Paulo Roberto Alves dos Santos
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244 Nascimento, Carlos Valder do.
A restituição da contribuição previdenciária dos inativos : em razão de emenda inconstitucional / Carlos Valder do Nascimento. – Ilhéus, BA : Editus, 2013.
104 p. – (Série Estudos de Direito Público ; v. 1).

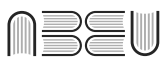
Inclui referências.
ISBN: 978-85-7455-326-9

1. Contribuição previdenciária – Servidor público.
2. Previdência Social. 3. Aposentados - Contribuição Previdenciária. I. Título. II. Série.

CDD 368.40981

EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Sumário

Apresentação da série	7	
Apresentação do volume	9	
CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS DE INELEGIBILIDADE		
EM RAZÃO DE MAUS ANTECEDENTES DO CANDIDATO	11	
1.1 Introdução	13	
1.2 Corrupção e abuso de poder	15	
1.3 Questão de fundo decorre do postulado ético-moral ...	17	
1.3.1 <i>Ética do sistema jurídico e formalidade</i>	17	
1.3.2 <i>Desvelamento do fenômeno moral</i>	21	
1.4 Processo eleitoral como fruto do clientelismo	26	
1.5 Mobilização da sociedade em prol da ética na política ...	29	
1.6 A República não pode ficar a reboque da democracia dos ladrões	33	
1.7 O poder político e o desvalor do candidato ficha-suja ...	36	
1.8 Influência das relações sociais no processo de interpretação	40	
1.9 Juízo de improbidade no plano eleitoral	45	
1.10 Inteligência do § 9º do artigo 14 da Constituição Federal	50	
1.11 Conclusões	57	
CAPÍTULO II - CANDIDATOS FICHAS-SUJAS E A IRRETROATIVIDADE SUSCITADA PELO STF		61
2.1 O debate acerca da não retroatividade da LC dos fichas-sujas suscitado pelo STF	63	
2.1.1 <i>Condições de inelegibilidade e insubsistência da tese da não retroatividade</i>	63	
2.1.2 <i>Concepção da vida pregressa do candidato</i>	66	
2.2 Projeto de lei de iniciativa do povo como fonte do poder político	69	
2.2.1 A caracterização de projeto de lei de iniciativa popular	69	
2.3 Contradita a argumentação minoritária do STF	70	
2.4 Direitos políticos e inauguração de uma nova hermenêutica	75	
2.5 Considerações Finais	78	
CAPÍTULO III - A SOBERANIA POPULAR NO ENTRECHOQUE COM A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL		81
3.1 Decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal	83	

3.2	Decomposição do processo eleitoral e legislativo e suas regras estruturantes.....	85
3.3	A cidadania como instrumento de construção e consolidação da democracia	86
3.4	Não abdicação pelo STF da jurisdição constitucional contramajoritária.....	90
3.5	Posição crítica aos argumentos levantados pelo grupo minoritário	94
3.6	Políticos da chamada base aliada perseguem apenas cargos e valores indevidos	96
3.7	Normas legais/ilegais criadoras de vantagens e benefícios ilegítimos.....	100
3.8	Imagem negativa do parlamento brasileiro	102
	Referências.....	106

Apresentação da série

A Universidade Estadual de Santa Cruz movida pelo desejo de sistematizar e colocar à disposição do público acadêmico a obra do professor Carlos Valder do Nascimento, um dos docentes da Casa na área jurídica com maior produção publicada, decidiu fazer uma coletânea de seus trabalhos, fartamente conhecidos no país, mas pouco explorados pela comunidade acadêmica interna.

Os estudos constantes do presente livro formam a obra intitulada Série ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO desvelados pela essencialidade de sua doutrina. Referem-se a diversos trabalhos escritos pelo referenciado no campo da pesquisa e do magistério a partir de 1983 e, portanto, correspondente a sua trajetória de mais de três décadas no Departamento de Ciências Jurídicas desta Universidade.

O **segundo volume** da série, sob o título de **A Lei da Ficha Limpa**, é composto dos seguintes artigos: Pressupostos de inelegibilidade em razão de maus antecedentes do candidato; Candidatos fichas-sujas e a irretroatividade suscitada pelo STF; A soberania popular no entrechoque com a jurisdição constitucional.

Identificado plenamente com a pesquisa que o levou a um patamar elevado, em face da natural repercussão dos pontos de vista esposados, e pela diversificação de sua obra, que permitiu seu livre trânsito por diversos ramos do conhecimento jurídico pôde, assim, ao longo do tempo, participar diretamente das discussões dos mais variados temas polêmicos enfrentados pelo Supremo Tribunal Federal, sendo por este várias vezes citado em seus julgados, credenciando-o como um jurista acatado no cenário jurídico brasileiro.

Daí, a observação do jurista Ives Gandra da Silva Martins:

“Conheço Carlos Valder há mais de trinta anos. Jurista de prestígio nacional e autor de sólida obra no campo do Direito tributário – alguns em co-autoria comigo –, granjeou como advogado, professor e jurista, desde o início de sua carreira, conhecimento de seus pares e admiração e pela objetividade e segurança com que sempre tratou dos temas a que se dedicou e sobre os quais escreveu. É um professor de direito com a preocupação de preservação do direito de defesa dos valores democráticos e um idealista, que vê na cátedra forma de colaborar com o desenvolvimento do País [...]”¹.

Não bastasse isso, a doutrina que desvela na formulação de suas teses jurídicas, bem construídas, como foi o caso da coisa julgada inconstitucional, lhe valeu a devida notoriedade. Além disso, tantas foram as contribuições visando à formação do convencimento dos magistrados, reveladas no número da expressiva jurisprudência que tem dado primazia as suas manifestações doutrinárias, seja pelos tribunais superiores, seja pela justiça de primeiro grau. Tem sido igualmente citado em várias obras de conceituados juristas pátrios.

Cabe ressaltar que ao longo da sua profícua carreira acadêmica grande foi a sua participação no debate oral e escrito de temas polêmicos e relevantes do cenário jurídico brasileiro.

Como consequência desse esforço acadêmico empreendedor é que se pode colher contemporaneamente o fruto do seu labor forjado no amadurecimento profissional e, em verdade, dessa vontade persistente nasce uma coletânea reveladora do fôlego produtivo do docente, em razão do seu conteúdo substantivo.

¹ MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Emenda dos precatórios: fundamentos de sua inconstitucionalidade**. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 9. Prefácio.

Apresentação do volume

O presente volume põe em destaque a soberania popular como fonte primordial do poder político, aliás, conforme a respeito dispõe a Constituição Federal, na medida em que pode tomar a iniciativa para deflagrar o processo legislativo. Trata-se de um instrumento da maior relevância na construção da democracia republicana, que o cidadão dispõe como meio de participar do ato de governar.

Dessa forma, o projeto de lei complementar que redundou na promulgação da chamada Lei da Ficha Limpa constitui um marco histórico da participação direta do povo no fazer republicano. É óbvio que, apesar dos percalços dos caminhos percorridos, mostrou suas virtudes ao evidenciar importância de se resgatar a moralidade no trato com as coisas públicas, pela probabilidade de eliminar os denominados candidatos fichas-sujas do processo eleitoral.

Embora a matéria tenha tido a devida receptividade do STF, o debate ali travado resvalou para o campo da retroatividade, desviando-se do foco desejado. Houve até uma posição que suscitou um entrelaque entre a soberania popular e a jurisdição constitucional. Estas são as questões relevantes em razão das quais este livro busca lançar luzes, como um contributo ao aprofundamento do debate em torno da iniciativa legislativa popular em face de sua fundamental importância para a consolidação do processo democrático.